



## 08 DE DEZEMBRO DE 2015

### Terça-feira

- PARANÁ REGISTRA A SEGUNDA MAIOR QUEDA DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO PAÍS
- JORNADA DE TRABALHO EXCESSIVA PODE RENDER MULTA ATÉ 10 VEZES MAIOR ÀS EMPRESAS
- USIMINAS DESATIVA SETOR QUE PRODUZ MATÉRIA PRIMA PARA O AÇO EM CUBATÃO
- SUN TECH FECHA FÁBRICA EM SÃO JOSÉ E DEMITE 320 FUNCIONÁRIOS
- MERCEDES ANTECIPA FÉRIAS COLETIVAS
- BRASIL PREVÊ 9 GW EM NOVAS USINAS DE ENERGIA EM 2016
- QATAR QUER QUE VOLKS REDUZA INFLUÊNCIA DE SINDICATOS, DIZ BILD
- MINÉRIO DE FERRO COMEÇA SEMANA COM NOVA QUEDA NO MERCADO À VISTA DA CHINA
- GLENCORE FAZ CORTES NA PRODUÇÃO DE CARVÃO DA AUSTRÁLIA POR PREÇOS EM QUEDA
- SISTEMA TRIBUTÁRIO DO PAÍS GERA CUSTOS DE R\$ 50 BILHÕES ÀS EMPRESAS
- SEM GREVE: EMPRESAS DE ÔNIBUS E TRABALHADORES FECHAM ACORDO NO TRT
- AÇÃO CIVIL PÚBLICA PEDE INDENIZAÇÃO DE R\$ 20 BI À SAMARCO E A SUAS ACIONISTAS
- ENTRA EM VIGOR LEI QUE PROÍBE O AMIANTO EM CURITIBA
- FAZENDA ENVIA À CASA CIVIL PROJETO DE REFORMA DO PIS/PASEP
- GOVERNO PUBLICA REGRAS PARA REEQUILÍBRIO DE NOVOS INVESTIMENTOS DE CONCESSIONÁRIAS DE RODOVIAS
- ANÁLISE-CRISE PODE FORÇAR ABENGOA A VENDER ATIVOS NO BRASIL MESMO COM MERCADO RUIM
- CNS DIZ QUE PROPOSTA DE REFORMA DO PIS VAI ELEVAR DESEMPREGO
- 'ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL É MUITO CARA', AFIRMA SECRETÁRIO DO MME
- REDUÇÃO NA CAPACIDADE DAS USINAS DEVE DEIXAR LUZ MAIS CARA EM 2016

- ABEEÓLICA: FINANCIAMENTO E TRANSMISSÃO SÃO DESAFIOS PARA EÓLICAS EM 2016
- A INDÚSTRIA ESTÁ NO CENTRO DA RECESSÃO ECONÔMICA
- MARCOS LISBOA NÃO POUPA SETOR PRIVADO DE RESPONSABILIDADE PELA CRISE ECONÔMICA
- CONFLITOS AFETAM OS NEGÓCIOS E ÁRABES DIMINUEM IMPORTAÇÕES DE BRASILEIROS
- FCA ADOTA CONCEITO CUSTOM SHOP PARA RENEGADE
- ANGLO AMERICAN VAI CORTAR EM QUASE DOIS TERÇOS O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS
- DISPARADA DOS PREÇOS REDUZ O PADRÃO DE VIDA DOS BRASILEIROS
- RIO TINTO CORTA ORÇAMENTO PARA GRANDES PROJETOS EM 2016
- OCDE VÊ ALGUM SINAL DE ESTABILIZAÇÃO NAS ECONOMIAS DA CHINA E DO BRASIL
- ADVOGADO DA VALE EDITOU PROJETO DE LEI PARA MINAS
- EMPRESA FUNDADA POR EIKE ANUNCIA SAÍDA DA BOLSA E DISPARA 9%
- NÚMERO DE TRABALHADORES NÃO REMUNERADOS CRESCE 18,6% EM UM ANO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 08/12/2015</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,799	3,800
<b>Euro</b>	4,131	4,133

**Fonte: BACEN**

### Paraná registra a segunda maior queda de produção industrial do País

08/12/2015 – Fonte: Bem Paraná

A redução de ritmo observada na produção industrial nacional, na passagem de setembro para outubro de 2015, série com ajuste sazonal, foi registrada em 10 dos 14 locais pesquisados, com destaque para os recuos mais intensos no Pará (-6,0%), Paraná (-5,7%), Espírito Santo (-5,1%) e Amazonas (-4,9%). Vale destacar que, com exceção do Amazonas, que mostrou o quinto mês consecutivo de queda na produção (acumulando -10,8% nesse período), os demais haviam apontado taxas positivas em setembro: 12,4%, 4,1% e 0,4%.

Goiás (-2,2%), Rio de Janeiro (-0,9%) e Rio Grande do Sul (-0,8%) também assinalaram recuos mais intensos do que a média nacional (-0,7%), enquanto Região Nordeste (-0,5%), São Paulo (-0,4%) e Minas Gerais (-0,1%) completaram o conjunto de locais com índices negativos em outubro de 2015.

Por outro lado, Bahia (2,2%) e Ceará (0,9%) mostraram os avanços mais elevados nesse mês, com o primeiro eliminando parte da perda de 9,0% acumulada nos meses de agosto e setembro; e o segundo devolvendo parte do recuo de 1,9% verificado no mês anterior. Os demais resultados positivos foram registrados por Pernambuco (0,3%) e Santa Catarina (0,2%).

Ainda na série com ajuste sazonal, a evolução do índice de média móvel trimestral para o total da indústria nacional apontou queda de 1,0%, no trimestre encerrado em outubro de 2015 frente ao nível do mês anterior, e manteve a trajetória descendente iniciada em outubro de 2014.

Em termos regionais, ainda em relação ao movimento deste índice na margem, 11 locais mostraram taxas negativas, com destaque para os recuos mais acentuados assinalados por Amazonas (-2,6%), Bahia (-2,4%), Rio de Janeiro (-2,1%), Goiás (-2,0%), Espírito Santo (-2,0%), Rio Grande do Sul (-1,7%) e Região Nordeste (-1,6%). Por outro lado, Ceará, com expansão de 0,7%, registrou o principal avanço em outubro de 2015.

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial mostrou redução de 11,2%, em outubro de 2015, com treze dos quinze locais pesquisados apontando resultados negativos. Vale citar que outubro de 2015 (21 dias) teve dois dias úteis a menos do que igual mês do ano anterior (23).

Nesse mês, o recuo mais intenso foi registrado por Amazonas (-20,6%). Rio Grande do Sul (-16,6%), Paraná (-14,3%) e São Paulo (-12,9%) também apontaram resultados negativos mais acentuados do que a média nacional (-11,2%), enquanto Santa Catarina (-11,1%), Rio de Janeiro (-11,1%), Ceará (-9,3%), Bahia (-8,9%), Goiás (-7,8%), Minas Gerais (-7,7%), Região Nordeste (-6,4%), Espírito Santo (-5,2%) e Pernambuco (-4,2%) completaram o conjunto de locais com taxas negativas nesse mês. Por outro lado, Mato Grosso (4,6%) e Pará (3,5%) assinalaram os avanços nesse mês.

No indicador acumulado para o período janeiro-outubro de 2015, frente a igual período do ano anterior, a redução na produção nacional alcançou 12 dos 15 locais pesquisados, com seis recuando com intensidade superior à média nacional (-7,8%): Amazonas (-15,1%), Rio Grande do Sul (-11,8%), São Paulo (-10,5%), Ceará (-9,4%), Paraná (-8,5%) e Santa Catarina (-8,0%).

Minas Gerais (-7,3%), Bahia (-6,4%), Rio de Janeiro (-6,3%), Região Nordeste (-4,5%), Pernambuco (-3,4%) e Goiás (-1,8%) completaram o conjunto de locais com resultados negativos no fechamento dos dez meses do ano. Por outro lado, Espírito Santo (9,5%) e Pará (5,9%) assinalaram os avanços mais intensos no índice acumulado no ano, impulsionados, em grande parte, pelo comportamento positivo vindo do setor extrativo, enquanto Mato Grosso (3,4%) mostrou o crescimento mais moderado.

A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, com o recuo de 7,2% em outubro de 2015 para o total da indústria nacional, assinalou a perda mais intensa desde novembro de 2009 (-9,4%) e manteve a trajetória descendente iniciada em março de 2014 (2,1%).

Em termos regionais, 12 dos 15 locais pesquisados mostraram taxas negativas, em outubro de 2015, e 13 apontaram menor dinamismo frente ao índice de setembro último.

As principais reduções de ritmo entre setembro e outubro foram registradas por Goiás (de 0,7% para -1,1%), Espírito Santo (de 11,5% para 9,9%), Bahia (de -4,0% para -5,5%),

Rio Grande do Sul (de -9,3% para -10,4%), Amazonas (de -13,5% para -14,5%) e Região Nordeste (de -3,0% para -3,9%), enquanto Mato Grosso (de 3,9% para 4,0%) e Pernambuco (de -3,8% para -3,7%) mostraram os ganhos entre os dois períodos.

## Indicadores Conjunturais da Indústria Resultados Regionais Outubro de 2015

Locais	Variação (%)			Acumulado nos Últimos 12 Meses
	Outubro 2015/ Setembro 2015*	Outubro 2015/ Outubro 2014	Acumulado Janeiro-Outubro 2015	
Amazonas	-4,9	-20,6	-15,1	-14,5
Pará	-6,0	3,5	5,9	5,6
Região Nordeste	-0,5	-6,4	-4,5	-3,9
Ceará	0,9	-9,3	-9,4	-8,4
Pernambuco	0,3	-4,2	-3,4	-3,7
Bahia	2,2	-8,9	-6,4	-5,5
Minas Gerais	-0,1	-7,7	-7,3	-7,0
Espírito Santo	-5,1	-5,2	9,5	9,9
Rio de Janeiro	-0,9	-11,1	-6,3	-5,4
São Paulo	-0,4	-12,9	-10,5	-10,4
Paraná	-5,7	-14,3	-8,5	-7,5
Santa Catarina	0,2	-11,1	-8,0	-7,3
Rio Grande do Sul	-0,8	-16,6	-11,8	-10,4
Mato Grosso	-	4,6	3,4	4,0
Goiás	-2,2	-7,8	-1,8	-1,1
<b>Brasil</b>	<b>-0,7</b>	<b>-11,2</b>	<b>-7,8</b>	<b>-7,2</b>

### Jornada de trabalho excessiva pode render multa até 10 vezes maior às empresas

08/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Elas estão entre as principais empresas do país. Têm milhares de clientes e funcionários e pagam pontualmente os salários. Mas são infratoras recorrentes em jornada excessiva — quando o empregado faz mais que duas horas extras por dia, não tem descanso semanal ou não cumpre o intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas.

Para combater o problema, um projeto pioneiro do Ministério do Trabalho do Paraná pôs uma lupa nas maiores empresas do Estado. Em quatro anos, R\$ 46,8 milhões em multas e condenações foram aplicados para inibir jornadas excessivas (em parte delas, cabe recurso).

Antes da iniciativa, os fiscais diziam se sentir "de mãos atadas": cerca de 90% das multas aplicadas a grandes empresas, a maior parte por falta de descanso semanal e horas extras, eram pagas sem qualquer contestação – e as infrações voltavam a aparecer nos anos subsequentes.

"Não mudava nada. A multa é ínfima, ridícula", diz a auditora Erika Medina Stancioli, coordenadora do projeto, batizado de Maiores Infratores. Algumas empresas chegaram a oficializar ao ministério que não iriam recorrer e pagariam as multas, para ficar "sem pendências trabalhistas". A multa por ocorrência, em média, é de R\$ 2.000.

"Para elas, era mais barato pagar a penalidade do que cumprir a lei. É uma opção financeira", diz o auditor do trabalho Enio Bezerra Soares, idealizador do projeto.

O órgão, então, selecionou as 150 empresas que tinham o maior número de infrações no Estado – na maioria, supermercados, magazines, redes varejistas e bancos.

Os auditores promoveram novas fiscalizações, identificaram a reincidência e enviaram um dossiê ao Ministério Público do Trabalho, que os acionou judicialmente. Conseguiram firmar acordos e obter multas milionárias.

"Esse levantamento acaba por vez com as alegações de que se trata de situação isolada. É uma rotina", diz o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná, Gláucio Oliveira.

Até agora, 26 empresas foram fiscalizadas. Dessas, 18 foram acionadas na Justiça, das quais 12 foram condenadas ou firmaram acordo para pagar multas. "Aí começa a pesar no bolso", comenta Oliveira.

Em outros cinco casos, o processo está em fase inicial e não foi julgado. Em outro, a ação não foi considerada procedente, mas o Ministério Público ainda recorre.

As Lojas Colombo, por exemplo, pagaram pouco mais de R\$ 6.000 em 2010 aos fiscais, por excessos de jornada com dezenas de trabalhadores. Acionada na Justiça pelo mesmo problema em 2012, foi multada em cerca de dez vezes mais: R\$ 70 mil.

## **MODELO**

Algumas empresas questionam a ação do Ministério do Trabalho. Mesmo assim, boa parte melhorou seus hábitos e diminuiu consideravelmente as infrações após as fiscalizações – como as Casas Pernambucanas, que ainda respondem na Justiça.

Em alguns casos, porém, os problemas permanecem. O supermercado Condor, por exemplo, é reincidente: em 2014, pagou R\$ 1 milhão num acordo por deixar de conceder descanso semanal. Um ano depois, nova fiscalização mostrou que o problema continuava – e a rede teve de pagar outros R\$ 7 milhões.

Para Oliveira, do MPT, o projeto é "um modelo" para o país, já que ampara o empregado que está na empresa e soluciona uma demanda coletiva, economizando recursos da Justiça. Falta, porém, estrutura de fiscalização: há só dois auditores dedicados ao projeto no Ministério do Trabalho.

## **OUTRO LADO**

A maioria das empresas fiscalizadas pelo projeto Maiores Infratores sustenta que as irregularidades são "pontuais" – e não "históricas e sistemáticas", como aponta o Ministério do Trabalho.

Parte delas recorre das condenações na Justiça. Os supermercados Condor argumentam que o número de irregularidades é "excepcional" diante do horário de funcionamento e do elevado número de empregados.

A empresa considera a conclusão do Ministério do Trabalho "absurda e leviana" e afirma que o pagamento dos acordos e multas mostra sua "intenção de dar integral cumprimento" à lei.

O Ponto Frio, condenado a pagar R\$ 5 milhões, diz que não foi intimado a se defender e afirma que a cobrança é equivocada.

As Lojas Americanas afirmam estar "muito próximo do ideal". Para a defesa, infrações sobre outros temas foram juntadas para dar substância ao pedido e acabaram consideradas na condenação.

O Itaú também garante que as falhas são "pontuais" e recorre da sentença. A empresa diz que está produzindo um diagnóstico nacional em relação à jornada e que deve adotar uma nova tecnologia de ponto para evitar falhas.

Em nota, o Bradesco informou que "cumpre integralmente" a legislação trabalhista e que não comenta casos judiciais em andamento.

O Grupo Pão de Açúcar diz que "tomou as medidas necessárias" em relação ao caso (a empresa pagou R\$ 2,8 milhões em acordo). A empresa afirma cumprir rigorosamente a lei e realiza auditorias periódicas para reforçar essa diretriz.

As empresas Walmart Brasil, Magazine Luiza e Casas Bahia também dizem cumprir a lei e investir em treinamentos para evitar e coibir falhas.

As Lojas Colombo não se posicionaram até o fechamento desta edição.

## **Usiminas desativa setor que produz matéria prima para o aço em Cubatão**

08/12/2015 – Fonte: G1



A empresa Usiminas, em Cubatão (SP), iniciou a desativação de um dos setores da coqueria, responsável pela produção da matéria-prima para construção do aço. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Florêncio Resende de Sá, o Sassá, afirma que o fechamento do setor é o "primeiro passo" para a paralisação dos serviços primários da siderúrgica.

"Eles iniciaram essa desativação no domingo (6) e, segundo estipulamos, o fechamento total deve ocorrer até sexta-feira (11). A empresa já havia avisado que iria paralisar os serviços, então a ação está dentro do cronograma", explica.

Em nota, a Usiminas informa que iniciou o processo de desativação da Coqueria 1 como parte de seu plano de ajuste de capacidade produtiva anunciado para a Usina de Cubatão.

De acordo com a empresa, a ação está em fase de conclusão, "conforme os padrões técnicos comuns a este tipo de procedimento, com foco na segurança das pessoas, do meio ambiente e das demais operações da usina".

## **Depoimento na CPI**

O diretor presidente da siderúrgica Usiminas, Rômel Erwin de Souza, prestou depoimento na CPI do BNDES, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 26 de novembro e afirmou ser "muito difícil" evitar as demissões na unidade da empresa em Cubatão.

Erwin de Souza foi convocado depois que a companhia pediu, entre os anos de 2001 e 2006, mais de R\$ 2 bilhões emprestados ao banco para ampliar as unidades de Cubatão e Ipatinga (MG) mas, no entanto, anunciou recentemente a paralisação da produção de aço na Baixada Santista.

De acordo com o diretor presidente da siderúrgica, a situação continuará crítica mesmo com o auxílio do Governo Federal e que a empresa mantém os pagamentos dos financiamentos em dia.

"Na proporção que estamos, é muito difícil [evitar as demissões]. Quando falamos de postos de trabalho, temos que associá-los a um volume de produção. O mercado interno diminui a cada dia e cada vez mais temos que exportar. O Governo Federal pode até amenizar essa situação, mas resolvê-la será muito difícil", afirmou Souza.

## **Paralisação dos serviços**

Em balanço divulgado no final de outubro deste ano, a companhia teve prejuízo líquido de R\$ 1,042 bilhão no terceiro trimestre de 2015, o quinto resultado trimestral negativo consecutivo e que veio mais fraco que a média de expectativas do mercado.

Com isso, a Usiminas anunciou paralisação "temporária" da produção de aço na usina siderúrgica de Cubatão.

Segundo números da prefeitura de Cubatão, cerca de oito mil trabalhadores podem perder seus empregos, entre funcionários da Usiminas e de empresas que prestam serviços para a siderúrgica.

A prefeita Márcia Rosa (PT) chegou a afirmar, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb), que a cidade "vai fechar" caso a Usiminas paralise suas atividades.

Durante reunião com o presidente da empresa, a prefeita recebeu a notícia que as demissões podem ser adiadas até janeiro de 2016.

"O presidente me falou sobre as idas dele à Brasília, para discutir o valor do aço. A concorrência é desleal. Precisamos aquecer o cenário nacional, a indústria automobilística, para evitar demissões", completa.



**Sindicalistas protestam em frente à Usiminas, em Cubatão (Foto: Roberto Strauss / G1)**

## **Protestos**

No dia 11 de novembro, manifestantes realizaram um ato na porta da Usiminas contra a paralisação na produção de aço. Durante o protesto, houve confronto entre os manifestantes e a Polícia Militar. Três pessoas que participavam do ato foram detidas. Após a manifestação, a prefeita Marcia Rosa discursou em um carro de som e condenou a ação da PM.

"Quero agradecer a todos que saíram de casa e vieram lutar pelo direito de ter um emprego. A polícia dormiu lá, se alimentou, para receber os trabalhadores na porrada. Foi porrada nos trabalhadores", enfatizou a prefeita.

## **Sun Tech fecha fábrica em São José e demite 320 funcionários**

08/12/2015 – Fonte: G1



A Sun Tech, empresa que monta aparelhos celulares, demitiu 320 funcionários e vai encerrar suas atividades em São José dos Campos. A unidade fabril de São José foi inaugurada em 2008 e trabalha exclusivamente para a LG.

Os funcionários estavam em férias coletivas desde a última semana e receberam na tarde desta segunda-feira (7) telegramas com a notificação das demissões. Uma assembleia nesta terça-feira (8), às 8h, na porta da fábrica irá tratar dos procedimentos rescisórios.

"A gente já esperava que isso ia acontecer. Mas está muito conturbado. A gente esperava layoff [suspensão dos contratos de trabalho], PPE [Programa de Proteção ao Emprego] e outras medidas. Estamos com medo da empresa dar calote e não pagar o que temos direito", disse uma funcionária, que preferiu não se identificar.

Os trabalhadores haviam entrado em greve no final de novembro. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, os funcionários estão com parte dos salários atrasados há dois meses. A empresa também não pagou a primeira parcela do 13º salário e não depositava o Fundo de Garantia (FGTS) dos funcionários há seis meses.

Em nota, a Sun Tech informou apenas que não conseguirá manter sua planta ativa e que a única saída foi a rescisão do contrato de trabalho de todos os funcionários.

### **Crise na LG**

A empresa presta serviços apenas para a LG de Taubaté, que demitiu 453 funcionários na última sexta-feira (4). Com a redução da produção na montadora, houve queda na demanda de trabalho da Sun Tech.

## **Mercedes antecipa férias coletivas**

08/12/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Mercedes-Benz antecipou, no mês passado, o período de férias coletivas na fábrica de Juiz de Fora (Zona da Mata). Além dos 42 funcionários da unidade que se encontram em lay-off (suspensão de contratos) até abril do ano que vem, os demais - totalizando 770 colaboradores - serão dispensados temporária e gradativamente até o começo de janeiro, segundo informações da montadora alemã.

O setor de montagem bruta, por exemplo, está de férias desde o último dia 30, enquanto os responsáveis pela montagem final suspendem as atividades no dia 20. As férias coletivas devem estender-se por cerca de um mês. E não houve alteração no prazo acordado. Segundo a empresa, até 8 de janeiro de 2016 estarão todos de volta ao trabalho.



Com o mercado doméstico em retração, a Mercedes enfrenta consecutivas quedas na venda de caminhões. Dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) mostram que os emplacamentos da marca recuaram 45% entre janeiro e novembro na comparação com o mesmo intervalo do exercício passado, ao passar de 32.436 unidades para 17.825 unidades.

Somente em novembro, os emplacamentos de caminhões da montadora alemã totalizaram 1.340 veículos. Isto representa queda de 21% em relação ao mês anterior (1.698) e retração de 56,6% na comparação com o mesmo período de 2014, quando atingiram 3.092 unidades.

**Medidas** - Diante disso, a companhia vem adotando várias medidas para cortar custos e se adaptar ao mercado, como a suspensão dos contratos de trabalho, com o objetivo de ajustar a produção à demanda.

Para se ter uma ideia, 75 operários ficaram em lay-off de julho até novembro, antes da turma de 42 funcionários que assim permanecerá até abril. Além disso, a Mercedes-Benz chegou a paralisar suas operações em junho, quando a unidade da Zona da Mata deixou de produzir por 15 dias.

Apesar disso, os cerca de 770 trabalhadores da planta de Juiz de Fora fecharam um acordo que garante a estabilidade dos empregos até junho de 2016, conforme já publicado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Na fábrica de São Bernardo do Campo (SP), onde trabalham aproximadamente 10 mil pessoas, a companhia aderiu ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), além de prever corte da jornada e de salários em 20% (sendo 10% bancados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT).

Paralelamente, a Mercedes está adaptando a planta de Juiz de Fora para receber a montagem bruta e pintura de cabines em meados do ano que vem. A mudança foi anunciada em 2014 pela companhia e os investimentos são estimados em R\$ 230 milhões.

## **Brasil prevê 9 GW em novas usinas de energia em 2016**

08/12/2015 – Fonte: Reuters

O Brasil deve ampliar a capacidade instalada em usinas de geração de energia elétrica em ao menos 8,9 gigawatts em 2016, o que representa cerca de 6 por cento dos 139 gigawatts que o país somava em capacidade ao final de outubro, segundo boletim do Ministério de Minas e Energia divulgado nesta segunda-feira.

A projeção é ligeiramente inferior aos 9,1 estimados para 2016 na última versão do boletim, divulgada no mês passado. A expansão prevista pelo governo, que leva em conta apenas usinas que venderão energia no mercado regulado, é liderada pelas hidrelétricas e parques eólicos, que devem adicionar 5,6 gigawatts e 2,9 gigawatts em 2016, respectivamente.

As termelétricas deverão representar 314 megawatts, sendo 169 megawatts em usinas a gás natural e 145 megawatts em biomassa.

Em 2015, a capacidade instalada cresceu 4,4 gigawatts até outubro, segundo o ministério, com 1,35 gigawatts em hidrelétricas e 1,7 gigawatts em eólicas.

Há previsão de que outros 3,6 gigawatts sejam concluídos ainda neste ano, sendo 2,2 gigawatts hídricos e 1,4 gigawatt eólico, o que levaria a capacidade adicionada no ano a 8 gigawatts.

## SOLARES EM 2017

As usinas fotovoltaicas contratadas em leilões mais recentes pelo governo federal deverão entrar em operação em 2017, quando é estimado que o Brasil adicione 1,7 gigawatts em usinas solares à matriz elétrica.

A fonte representaria, assim, 17 por cento dos 9,9 gigawatts que o governo espera que entrem no sistema em 2017. As eólicas responderão por 2,7 gigawatts, enquanto as hidrelétricas liderarão novamente, com 4,5 gigawatts.

A projeção para 2017 foi reduzida ante os 10,1 gigawatts esperados no boletim do mês passado.

## **Qatar quer que Volks reduza influência de sindicatos, diz Bild**

08/12/2015 – Fonte: O Globo



O Qatar, terceiro maior acionista da Volkswagen, está pleiteando que a montadora alemã reduza a influência de seus poderosos sindicatos enquanto trava uma batalha para superar o escândalo de emissões, informou neste domingo o jornal alemão Bild, sem citar fontes.

Segundo a publicação, a Qatar Investment Authority (QIA) usaria um encontro neste domingo com o presidente-executivo da VW, Matthias Mueller, e outros executivos da empresa para exigir a redução da participação dos trabalhadores no conselho.

A QIA, que detém uma participação de 17% na maior montadora da Europa, se recusou a comentar, enquanto um porta-voz da VW disse que as negociações entre Mueller e a QIA "ajudam a comunicação da nova liderança da VW como um parceiro importante". O sindicato dos trabalhadores não quis comentar.

Os representantes trabalhistas mantêm o mesmo número de assentos dos acionistas no conselho da VW, com grande influência e um passado de barrar cortes de gastos. O escândalo envolvendo dispositivos fraudulentos de controle de emissões de gases poluentes fez o valor de mercado das ações da VW recuar em bilhões de euros, e Mueller disse que a empresa terá que fazer cortes maciços para saldar uma dívida que pode chegar a € 40 bilhões, envolvendo multas, ações judiciais e recalls de veículos.

A QIA, que tem dois assentos no conselho de supervisão que contrata e demite executivos, também vai exigir uma campanha bilionária para promover veículos elétricos nos Estados Unidos a fim de recuperar o terreno no segundo maior mercado automotivo do mundo, disse o jornal.

## **Minério de ferro começa semana com nova queda no mercado à vista da China**

08/12/2015 – Fonte: Reuters

Os preços do minério de ferro no mercado à vista na China começaram a semana em queda, renovando mínimas históricas, em meio a expectativas de que a demanda pela commodity e por aço encolha no próximo ano. A cotação para entrega imediata no porto de Tianjin, na

China, caiu 1,3 por cento, para 38,90 dólares a tonelada, o menor valor já registrado pelo The Steel Index (TSI), que começou a compilar dados em 2008.

Baseado no sistema de precificação anual, que antecedeu o atual, que se baseia no mercado à vista, o mercado está no menor nível desde 2005, de acordo com dados compilados pelo Goldman Sachs.

Já no mercado futuro, o preço do aço e do minério de ferro subiu, após mínimas históricas. O minério de ferro para entrega em maio na bolsa de Dalian DCIOcv1 fechou em alta de 1,9 por cento, a 293,50 iuanes (46 dólares) por tonelada. Isso depois de tocar 284 iuanes na sexta-feira, o mais baixo valor para um contrato mais negociado desde que a bolsa lançou futuros de minério de ferro em outubro de 2013.

Na bolsa de Xangai, o contrato do vergalhão de aço mais negociado SRBcv1 subiu 1,6 por cento, para 1.670 iuanes por tonelada, tendo caído para uma mínima histórica de 1.618 iuanes na semana passada.

### **Glencore faz cortes na produção de carvão da Austrália por preços em queda**

08/12/2015 – Fonte: Reuters

A gigante de commodities Glencore informou que vai colocar em ociosidade a deficitária mina de carvão Collinsville, na Austrália, por três semanas a partir do final deste mês e que também vai restringir a produção do local no próximo ano, devido à deterioração dos preços do carvão térmico.

A Glencore afirmou também que irá demitir 80 por cento do pessoal restante na mina no Estado de Queensland no início do próximo ano, com a perda de 180 postos de trabalho, tendo já cortado 80 posições em maio.

Collinsville produziu 2,24 milhões de toneladas de carvão térmico, juntamente com alguns volumes de carvão metalúrgico em 2014, segundo dados da Glencore.

Maior exportadora de carvão térmico do mundo, a Glencore embarcou 38,8 milhões de toneladas a partir da Austrália nos primeiros nove meses de 2015.

A queda de 43 por cento dos preços do carvão térmico ao longo dos últimos 26 meses e um excesso de oferta têm contribuído para as perdas financeiras de Collinsville, disse a companhia.

A Glencore disse em fevereiro que iria reduzir a produção de carvão na Austrália em 15 por cento em 2015 para evitar a venda com um desconto em um mercado com excesso de oferta.

### **Sistema tributário do país gera custos de R\$ 50 bilhões às empresas**

08/12/2015 – Fonte: Correio Braziliense

O sistema tributário do Brasil é tão complexo e confuso que gera pendências da ordem de R\$ 5 trilhões. O valor é resultado das dívidas ativas com a União, Estados e municípios, e de disputas judiciais e administrativas.

Não à toa, o Brasil é o país que mais perde tempo para gerenciar tributos: 2,6 mil horas por ano, segundo levantamento do Banco Mundial. Além de provocar um gasto de R\$ 50 bilhões por ano para as empresas, esse é um problema que só se agrava. Por dia, são criadas 31 novas regras tributárias.

Um exemplo das aberrações do sistema tributário brasileiro é o impasse, que foi parar no

Superior Tribunal de Justiça (STJ), da isenção de PIS e Cofins sobre produtos da cesta básica. "Foram necessários três anos para tomar a decisão de que a farinha de rosca não é isenta, apesar de o favor fiscal se aplicar à farinha de trigo e ao pão", explica o advogado tributarista e sócio do escritório Fleury e Coimbra, Eduardo Fleury.

Fleury destaca que essas distorções podem fazer com que uma empresa que é mais eficiente e mais conservadora na parte tributária, e que vai parar na Justiça para saber se usa ou não o benefício fiscal, se torne menos competitiva do que a concorrente, que simplesmente não paga o imposto.

"Às vezes, nem se trata de concorrência desleal. Simplesmente, há empresas que desconhecem obrigações", afirma.

### **Sem greve: empresas de ônibus e trabalhadores fecham acordo no TRT**

08/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Representantes das empresas de ônibus e dos motoristas e cobradores de Curitiba e Região Metropolitana fecharam um acordo no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para evitar que uma nova greve do transporte coletivo seja deflagrada nesta terça-feira (8). As partes estiveram reunidas durante a tarde desta segunda-feira (7) em uma audiência de conciliação.

O sindicato que reúne as viagens (Setransp) pagou o salário integral de 87% dos funcionários nesta segunda-feira (7). Os salários das empresas Araucária Filial, CCD e São José Filial foram quitados parcialmente. Além disso, os cartões alimentação das empresas CCD e Tamandaré Filial não foram pagos.

Pelo acordo, a greve não será deflagrada e as empresas inadimplentes terão de quitar os pagamentos até a terça-feira (8). Caso isso não ocorra, o TRT determinou que haverá multa de R\$ 60 por dia para o atraso dos vencimentos de cada trabalhador. Se necessário, a multa será cobrada a partir de quarta-feira (9).

Caso os trabalhadores das empresas inadimplentes não obedeçam o que foi negociado e entrem em greve, o Sindicato dos Motoristas e Cobradores (Sindimoc) é que será multado – e a punição às empresas não será aplicada.

Inicialmente, a greve seria deflagrada em caso de não pagamento integral dos salários. Entretanto, o Sindimoc aceitou recuar após o Setransp aceitar antecipar em três dias o pagamento da última parcela do 13.º salário – a nova data é dia 17 de dezembro.

Além disso, ficou acordado também que, caso as empresas atrasem o pagamento do 13.º ou do salário de dezembro, que deverá ser quitado até 8 de janeiro, elas serão multadas. Para dezembro, o valor da multa é de R\$ 60 por funcionário, por dia. Para janeiro, essa multa cai para R\$ 30.

O presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, comemorou o resultado da reunião. "Acredito que foi um grande avanço para os trabalhadores, que chegaram a essa audiência sem a

certeza de que iriam receber os pagamentos dos próximos meses. Agora, se não há certeza, pelo menos há um aceno de que tudo até fevereiro será pago”, diz. Para ele, as multas previstas no acordo reduzem a possibilidade de atraso por parte das empresas.

Já o presidente do Setransp, Maurício Gulin, disse que o acordo não foi 100% do que as empresas esperavam, mas que ao menos garante a circulação dos ônibus nos próximos dias. Para ele, há um “desequilíbrio” no contrato que dificulta a situação de caixa das empresas, e que essa situação precisa ser corrigida para evitar que novos atrasos aconteçam.

Na última semana, Curitiba chegou a enfrentar uma greve parcial de ônibus. Funcionários de cinco empresas aderiram à paralisação, afetando principalmente linhas metropolitanas e que circulam no região Sul da capital. A greve durou poucas horas.

### **Ação civil pública pede indenização de R\$ 20 bi à Samarco e a suas acionistas**

08/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Uma entidade de defesa de direitos sociais com sede no Rio de Janeiro ajuizou uma ação civil pública contra a mineradora Samarco e suas acionistas, a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, na qual pede o pagamento de uma indenização no valor de R\$ 20 bilhões.

O motivo da ação, movida pela Sohumana Sociedade Humanitária Nacional, são os danos ambientais e patrimoniais causados pelo rompimento da barragem do Fundão, da Samarco, em Mariana (MG), no dia 5 de novembro. O valor serviria para a restauração do patrimônio público nas cidades atingidas pela lama.

Em nota, a Vale afirmou que “adotará todas as medidas para assegurar seu direito de defesa” e que “manterá o mercado informado caso haja qualquer nova informação relacionada a tal ação que afete de forma material o seu desempenho”.

A Sohumana já havia movido uma ação contra o ex-bilionário Eike Batista, na qual também pedia indenização devido a danos institucionais causados “à nação brasileira”.

### **Entra em vigor lei que proíbe o amianto em Curitiba**

08/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Três anos depois da publicação, entrou em vigor nesta segunda-feira (7) a lei municipal que proíbe a venda e o uso de produtos que contenham amianto, fibra mineral também conhecida como asbesto. Com isso, Curitiba passa a integrar a lista de 30 municípios e seis estados que já aboliram o amianto de seus territórios.

A legislação (lei 14.172/12) prevê ainda o descarte de resíduos e entulhos provenientes de obras e reformas que contenham amianto em aterros industriais para lixos perigosos e a substituição total dos produtos e artefatos produzidos com amianto. A fiscalização ficará sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

### ***Brasil é terceiro maior produtor***

O Brasil é o terceiro maior produtor e o segundo maior exportador de amianto do mundo – em 2014, o país ficou atrás apenas da Rússia e da China, com produção de quase 300 mil toneladas.

A maior parte disso é comercializada dentro do país e é utilizada para a fabricação de telhas, chapas de revestimento, tubos e caixas de água. O amianto também é utilizado na indústria automobilística (freios e embalagens), e em alguns produtos têxteis, como roupas à prova de fogo. Entre os materiais que podem substituir o amianto estão a fibra de carbono, fibra de celulose, fibra cerâmica, fibra de vidro, polipropileno e polietileno.

Além disso, o Sistema Único de Saúde (SUS) deve realizar um acompanhamento contínuo, a partir da notificação obrigatória das redes de saúde pública e privada, dos casos de doenças e óbitos decorrentes da exposição à substância.

### ***Cancerígeno***

O Ministério da Saúde, por meio da portaria 1.339 de 1999, relaciona a exposição ao amianto em local de trabalho aos diagnósticos de neoplasias malignas (do estômago, da laringe, dos brônquios e do pulmão), de mesoteliomas (um tipo de câncer que ataca a pleura, o peritônio e o pericárdio), de placas epicárdicas ou pericárdicas, de asbestose, derrame pleural e placas pleurais.

Apesar dessa associação, os registros de doenças causadas pela exposição ainda são escassos – seja pela falta de informação, seja porque o amianto ainda é amplamente utilizado em todo o país.

Há ainda o agravante do longo período “de latência”: entre o contato com a substância e o surgimento dos primeiros sintomas, podem se passar até dez anos. Por isso, estima-se que Curitiba ainda vá registrar o crescimento do número de casos de doenças e óbitos por amianto pela próxima década.

### ***Curitiba sem amianto***

Além da proibição do uso de produtos e artefatos que contenham amianto ou asbesto em sua composição, a lei municipal 14.172/2012 implica outras mudanças:

1. Resíduos e entulhos provenientes de obras, reformas e remoção de materiais de construção civil que contenham amianto deverão ser descartados em aterros industriais para lixos perigosos (Classe I), licenciados pelo órgão ambiental estadual ou municipal.

2. A destinação de resíduos contendo amianto para obras de qualquer tipo acima de 200 metros quadrados será custeada pelo proprietário ou responsável pela obra. No caso do pequeno gerador (entendido como quem realiza pequenas obras de reforma e demolição), caberá à prefeitura de Curitiba cuidar do descarte do material.

3. O Sistema Único de Saúde (SUS municipal de Curitiba) será o responsável pelos programas de vigilância em saúde e assistência especializada aos diagnósticos decorrentes do trabalho com amianto. Todos os casos de doenças e óbitos provocados pela exposição ao amianto deverão ser notificados ao SUS, tanto pela rede pública quanto pela rede privada de saúde.

De acordo com Luciana Strobel, coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da Secretaria Municipal da Saúde (SMS), com a lei 14.172 em vigor, será realizado o monitoramento da situação de trabalhadores que já tenham sido expostos a fim

de acompanhar o surgimento de doenças associadas à fibra – é uma maneira de combater a subnotificação.

Além disso, uma comissão formada por profissionais da SMS, do Ministério Público do Trabalho (MPT) e sindicatos trabalhistas, deve buscar por trabalhadores já aposentados cujo histórico ocupacional indique exposição para verificar se já há manifestação de algum sintoma ou doença que possa ter sido provocada pelo amianto. Até o momento, segundo Luciana, em Curitiba há registro de oito óbitos por mesotelioma, mas se acredita que o número seja muito maior.

A luta da Associação Paranaense dos Expostos ao Amianto (Aprea) agora é pelo banimento do amianto em todo o Paraná. Só em Curitiba e Região Metropolitana são três grandes empresas utilizam a fibra em sua produção.

“Não existe produção com amianto livre de risco. A chance de contaminação sempre existe, mesmo com equipamento de proteção”, explica Herbert Fruehauf, 56 anos, ele mesmo vítima do amianto e aposentado por invalidez desde 2007, quando foi diagnosticado com doença pleural, nove anos após ter sido exposto à substância.

### **Fazenda envia à Casa Civil projeto de reforma do PIS/Pasep**

08/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Ministério da Fazenda enviou à Casa Civil o projeto de reforma do PIS/Pasep. Em nota, o órgão explica que a maior mudança é a simplificação na apuração do tributo com a adoção do crédito ampliado, em que praticamente tudo que a empresa compra com PIS embutido poderá gerar crédito tributário. Dessa forma, esse crédito é abatido no tributo devido pelas empresas.

Até agora, só era deduzido o que efetivamente fosse usado como insumo na produção final da empresa. Quando a mudança for aprovada pelo Congresso Nacional, gerarão créditos gastos com conta de luz, material de escritório e outros. Os créditos que poderão ser deduzidos serão destacados na nota fiscal eletrônica, o que, de acordo com a Fazenda, facilitará o cálculo do imposto devido.

“O novo PIS simplifica a vida do empresário, dá segurança jurídica às empresas e torna o processo de apuração do tributo mais transparente”, afirmou a pasta, na nota.

Com a reforma, todos os setores estarão no regime não-cumulativo e terão acesso a uma base mais ampla de créditos. De acordo com a nota, serão criadas três alíquotas (modal, intermediária e reduzida) para garantir a neutralidade da carga fiscal em cada um dos setores.

“A passagem para o novo sistema vai mitigar o risco de aumento de carga tributária para os diferentes setores, refletindo a realidade da indústria, de serviços ou da agricultura”, explica o texto.

De acordo com Fazenda, os produtos atualmente com alíquota zero continuarão com o benefício e serão mantidos regimes diferenciados para medicamentos, agronegócio e a Zona Franca de Manaus.

Também será mantida a simplificação proporcionada pela cobrança no regime de concentração tributária para produtos como combustíveis, veículos, autopeças, produtos farmacêuticos e cigarros.

O setor financeiro continuará tendo um regime de apuração simplificada, no qual despesas financeiras não geram crédito, mas cujos serviços prestados geram créditos para seus clientes pessoa jurídica.

Além disso, o PIS pago pelas pequenas empresas gerará crédito para os clientes pessoa jurídica independentemente do regime dessas empresas, que poderão continuar no Simples.

### **Contencioso**

A Fazenda ressalta que a legislação atual da contribuição é complexa, com "excessivas limitações ao direito de apuração de créditos, a coexistência com a incidência cumulativa da contribuição, a assimetria concorrencial, a proliferação de desonerações casuísticas e uma enorme quantidade de regimes especiais de tributação".

Em consequência a essa complexidade, há uma grande disputa judicial em torno da contribuição.

"Além de tornar a apuração do tributo mais simples para as empresas, a reforma deve reduzir o contencioso tributário por erros de cálculo ou de interpretação. Isso significa mais segurança jurídica para as empresas e menos processos no Judiciário", completa o texto.

### **Carga tributária**

A mensagem do Ministério da Fazenda não faz menção sobre os efeitos das mudanças sobre a carga tributária.

Há 15 dias, várias entidades do setor produtivo lançaram em Curitiba uma campanha contra a reforma do PIS e da Cofins, com o argumento de que ela elevaria os impostos pagos pelo setor de serviços. Cálculos feitos antes da apresentação do projeto falam em uma elevação da arrecadação de R\$ 50 bilhões por ano.

## **Governo publica regras para reequilíbrio de novos investimentos de concessionárias de rodovias**

08/12/2015 – Fonte: R7

O Ministério dos Transportes publicou nesta terça-feira as regras a serem seguidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nos casos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão de rodovias para incluir novos investimentos no âmbito do Programa de Investimento em Logística (PIL), que podem gerar aditivos contratuais.

As regras determinam, por exemplo, que só poderão ser considerados no reequilíbrio investimentos com cronograma de execução dentro do prazo original do contrato de concessão e que obras com previsão de execução pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) poderão ser transferidas para a concessionária de rodovia.

O Ministério também poderá propor a inclusão de novos investimentos nas atuais concessões sem a necessidade de avaliação da ANTT.

O reequilíbrio poderá ocorrer por meio da tarifa de pedágio, prorrogação da concessão, pagamento à concessionária de valor correspondente aos desembolsos, modificação de obrigações contratuais ou alterações nas cabines de bloqueio e praças de pedágio.

Quando a recomposição à concessionária ocorrer por meio de aumento ou redução do valor do pedágio, não será necessária formalização por meio de termo aditivo.

"As alterações deverão ser formalizadas via mudança do Programa de Exploração da Rodovia", afirma a portaria do Ministério dos Transportes.



## **ANÁLISE-Crise pode forçar Abengoa a vender ativos no Brasil mesmo com mercado ruim**

08/12/2015 – Fonte: R7

A crise do grupo de engenharia Abengoa, cuja matriz entrou com pedido preliminar de recuperação judicial na Espanha, pode forçar a empresa a vender ativos no Brasil, apesar de um momento ruim do país, particularmente do mercado de transmissão de energia elétrica.

O governo federal tem lutado sem muito sucesso para atrair mais investidores nos leilões de empreendimentos de transmissão, um setor no qual a Abengoa possui cerca de 6 mil quilômetros de linhas em construção.

A carteira de projetos da espanhola inclui linhas importantes para viabilizar a conexão de usinas eólicas e da hidrelétrica de Belo Monte, que será a terceira maior do mundo.

Especialistas ouvidos pela Reuters estimam que a Abengoa deve tentar vender seus ativos para fazer caixa, devido à dificuldade para captar novos recursos e continuar os projetos em meio à sua crise.

"É um caminho, até para abastecer de recursos líquidos as operações no exterior... é um caminho bem possível", afirmou o advogado Robertson Emerenciano, sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados.

Ele acredita que a alternativa deverá até mesmo ser incentivada pelo governo brasileiro e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"Para o governo, é mais importante manter os investimentos... é possível fazer uma negociação para transferir os ativos", disse.

Fontes com conhecimento da reestruturação da Abengoa na Espanha disseram que a empresa vai parar todos projetos não operacionais e que demandam novos investimentos. Uma apresentação corporativa datada de setembro apontava que as novas linhas no Brasil ainda demandariam cerca de 1 bilhão de euros em novos aportes.

O pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ, Roberto Brandão, no entanto, avalia que os projetos já em andamento devem ser justamente os que teriam mais dificuldades para encontrar interessados caso a empresa opte pela venda.

"Os ativos já em operação sempre encontram comprador... o risco é muito baixo. Talvez não pelo melhor preço do mundo, porque o momento é ruim. Mas o complicado é a parte dos ativos que não começaram a obra ainda... esses são o X da questão", afirmou.

### **MOMENTO RUIM**

Os problemas da Abengoa surgem em um momento em que o Brasil tenta atrair mais investidores para seu já combalido setor de transmissão.

No último leilão para a concessão de novas linhas, em novembro, apenas quatro de doze lotes ofertados atraíram interessados. No certame anterior, em agosto, quatro lotes foram viabilizados, em um total de onze.

"Com a falta de interesse nos leilões, provavelmente vai haver uma situação bastante complicada aí", apontou o consultor Ambrosio Melek, da Siseleto. "(A Abengoa) vai ter que dar um bom desconto (para conseguir vender)".

O consultor disse que já houve casos de transmissoras que deixaram o mercado brasileiro, desfazendo-se de todos ativos --mas "em outra época, quando havia abundância de recursos".

A elétrica chinesa State Grid, por exemplo, entrou no Brasil em 2012 com a compra de uma série de concessões de transmissão de empresas espanholas. A estatal oriental é vista por Melek como candidata a ficar com obras da Abengoa.

Procurada, a State Grid preferiu não comentar.

#### PROJETOS PARADOS

A Abengoa já avisou a fornecedores e empresas do setor que não dará andamento aos projetos, disse à Reuters a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoun.

Ela estima que 1,5 gigawatt em usinas eólicas já licitadas seriam conectadas a linhas em construção pela Abengoa.

Os espanhóis também constroem um linhão que levará até o Nordeste parte da energia a ser produzida por Belo Monte no Norte do país --um empreendimento que já levantava preocupações da Aneel devido ao atraso antes mesmo de a situação financeira da Abengoa ganhar as manchetes.

"É bastante preocupante a situação... o impacto é muito grande porque a Abengoa é uma das principais investidoras. E os leilões recentes (de projetos de transmissão) têm demonstrado pouca atratividade, atraído poucas empresas", afirmou Elbia.

O secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, disse que talvez a Abengoa tenha dado "um passo maior que as pernas", assumindo mais linhas e investimentos do que teria capacidade de realizar.

"Isso é um situação que nos preocupa porque nós já temos falta de agentes para entrar nos leilões, e agentes que estão no mercado e construindo novas (linhas) estão saindo. Tem até leilão dando vazio. É algo complicado", afirmou o executivo, após um evento no Rio de Janeiro.

O vice-presidente do sindicato dos trabalhadores em construção da Bahia (Sintepav), Irailson Warneaux, disse à Reuters que a empresa sinalizou que poderia retomar as operações em março de 2016, mas somente caso obtenha sucesso nas negociações com os credores.

De acordo com Warneaux, a Abengoa demitirá 4,6 mil dos 5 mil empregados diretos no Brasil. Terceirizados também devem ser afetados. "Todas obras da Abengoa vão ficar paradas".

#### ATRASOS

Segundo documento da Aneel, 75 dentre cerca de 130 projetos de transmissão em andamento ou recentemente concluídos no Brasil apresentavam atrasos superiores a 500 dias, enquanto 30 chegam a superar os mil dias em descumprimento de cronograma.

Brandão, da UFRJ, ainda alertou sobre os efeitos da crise da Abengoa sobre a indústria de transmissão como um todo.

"Tem bastante prestador de serviços e fornecedor pendurado na Abengoa... não é que eles captem empréstimo com os fornecedores, mas pagam a prazo, em prazos dilatados... não será uma coisa muito trivial essa situação".

Warneaux, do sindicato que representa funcionários da Abengoa na Bahia, disse que, em reunião, a empresa confirmou haver problemas com os pagamentos a fornecedores.

"Os fornecedores estão todos atônitos, porque na verdade eles vão ficar para um segundo momento. Conseguimos priorizar os débitos trabalhistas", disse o sindicalista.

A Aneel realizou reunião com representantes da Abengoa na quarta-feira passada. Procurada, a agência não detalhou o teor da reunião, mas disse em nota que "não houve avanços e nenhum efeito prático" no encontro e que aguarda informações por parte da empresa.

A Abengoa não respondeu a tentativas de contato.

## **CNS diz que proposta de reforma do PIS vai elevar desemprego**

08/12/2015 – Fonte: R7

O avanço da reforma do PIS não agradou ao setor de serviços. Após anúncio por parte do Ministério da Fazenda de que o projeto foi enviado para a Casa Civil, o presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, afirmou ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real da Agência Estado, que a medida é apenas arrecadatória e pode aumentar o desemprego e a informalidade no setor. "Estamos indo para o caminho errado", declarou.

Outro ponto levantado por Nese é o momento da mudança. Para ele, ela não será neutra e o governo, para evitar um choque maior com os setores, preferiu esperar para enviar a reforma do Cofins. "A mudança não descomplica, como a Fazenda tem falado, ela complica", disse.

Entre as alternativas que o setor propôs ao governo está um aumento de alíquotas apenas para os que aderem ao lucro presumido. Segundo Nese, a decisão do governo apenas "aumenta imposto e tampa buraco".

O presidente da CNS frisa que, na avaliação do setor, o imposto pago por eles não é inferior ao de outros setores. O aumento do desemprego também preocupa o setor. Com uma propensão à informalidade, Nese ressalta que esse é o caminho que as empresas deverão seguir.

"A indústria não tem mais onde demitir porque não tem mais indústria. O setor de serviços vai começar a desempregar e aumentar a informalidade", disse. Na avaliação do presidente da CNS, o Brasil precisa aumentar o consumo e a exportação e traçar planos para melhorar as condições de turismo. "Fizemos propostas (ao governo) para melhorar o setor de turismo, mas nada foi feito. Há um imediatismo", afirmou.

O dirigente da CNS afirmou que ainda não viu a versão final do texto que foi enviado à Casa Civil, mas disse que, em conversas com a Receita Federal, relatou aos governantes que "as mudanças aumentariam a carga no setor de serviços". A nota à imprensa enviada nesta segunda-feira, 7, pelo Ministério da Fazenda não informa as alíquotas para cada setor.

## **'Energia elétrica no Brasil é muito cara', afirma secretário do MME**

08/12/2015 – Fonte: R7

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura, afirmou que "a energia elétrica no Brasil é muito cara, principalmente, se comparada com o nível de renda da população". Ele participa nesta segunda-feira, 7, de seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) Energia.

Ventura ressaltou o aumento do custo do megawatt-hora (MWh) desde que as usinas térmicas passaram a ocupar o lugar da geração hidrelétrica, por causa da seca que atingiu os reservatórios e da resistência da sociedade à instalação de hidrelétricas na região Norte do País.

"O Brasil facilita a geração térmica e dificulta a hidrelétrica." Ele criticou, por exemplo, o prazo para a liberação do licenciamento ambiental da usina de Belo Monte, em construção no Rio Xingu. "Se o licenciamento ambiental de Belo Monte tivesse saído como planejou o governo, a usina estaria produzindo desde 2013 e o preço da energia estaria mais baixo. O mesmo processo está acontecendo hoje com Tapajós", afirmou.

Ventura também destacou que a infraestrutura do setor elétrico ainda está em construção, como a interligação das regiões, e que esses custos influenciam a tarifa de energia. "São investimentos significativos, mas importantes para garantir a segurança energética", afirmou.

## **Redução na capacidade das usinas deve deixar luz mais cara em 2016**

08/12/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



A redução na capacidade das usinas hidrelétricas deve elevar mais as tarifas de energia no próximo ano. Pelos critérios já definidos pelo governo (que serão apresentados ao setor nesta sexta, 11), a quantidade de eletricidade que cada unidade pode fornecer, a chamada garantia física, deve cair até 10%.

A revisão reflete um volume menor de água nas usinas, por causa de seca, desvio de água ou acúmulo de sedimento nas represas (assoreamento). A medida atinge inclusive usinas que renovaram as concessões sob as regras definidas pelo governo em 2012 e, portanto, vendiam a preços menores.

Sem parte dessa energia mais barata, as distribuidoras precisarão suprir seus consumidores com eletricidade de hidrelétricas, térmicas e eólicas que produzem energia mais cara. Como o plano do governo ainda será discutido, não há estimativa de quanto pode subir a tarifa. Nos últimos 12 meses encerrados em outubro, a energia subiu em média no país 52,30%, segundo o IBGE.

### **ATRASO**

O prazo para a reavaliação da capacidade das usinas venceu no final de 2014.

Por causa do atraso, o Tribunal de Contas da União determinou que o Ministério da Energia apresentasse um plano de reavaliação. Segundo o órgão, o plano deveria ter concluído em 2004, mas o ministério conseguiu adiá-lo em dez anos.

Desde então, o país acumula um deficit na geração de energia de aproximadamente 3.500 megawatts, cerca de 7% da capacidade de geração das hidrelétricas.

Para suprir essa deficiência, desde 2008 o governo passou a leiloar o que chama "energia de reserva", a um custo de R\$ 54 bilhões até 2013, valor que será pago ao longo de 20

anos. Outros custos relacionados à produção dessas usinas que já somam R\$ 1,8 bilhão, sem contar valores de 2014 e 2015.

### **CONTRAPARTIDA**

As empresas geradoras afirmam que vão perder receita e esperam que o governo ofereça contrapartidas.

A principal proposta é que a eletricidade produzida por usinas térmicas por determinação do ONS (Operador Nacional do Sistema), para compensar uma redução da geração hidrelétrica, não seja cobrada dessas usinas. Em 2015, essa compensação custou R\$ 15 bilhões, segundo o Instituto Acende Brasil.

O setor elétrico também critica os órgãos ambientais por serem "muito rígidos" ao fornecerem as licenças necessárias para a construção de novas unidades geradoras e transmissoras e, ao mesmo tempo, serem "frouxos" ao fiscalizarem desvios ilegais de água e desmatamentos perto de rios e reservatórios.

\*

### **ENERGIA MAIS CARA**

Redução da capacidade das usinas deve afetar tarifa

#### **Como é hoje:**

- > 88% da energia que chega ao consumidor vem de usinas com custo mais caro de geração. São novas hidrelétricas, térmicas, eólicas, etc
- > 12% vem de hidrelétricas mais baratas, cujas concessões foram renovadas em 2012

#### **O que vai acontecer:**

Ministério de Minas e Energia irá recalcular a capacidade de geração de todas as usinas. Entidades privadas acreditam que haverá uma redução de até 10% da capacidade das hidrelétricas

#### **Por que será feito o recálculo?**

Porque o nível de água nas hidrelétricas está baixo devido à falta de chuvas, desvios de água e assoreamento dos reservatórios

#### **A conta de luz vai subir?**

Provavelmente, porque uma parte maior da energia terá que ser gerada pelas usinas caras

## **Abeeólica: financiamento e transmissão são desafios para eólicas em 2016**

08/12/2015 – Fonte: Em.com

A falta de interesse de investidores na transmissão de energia e a dificuldade de financiamento são os principais desafios para a indústria de geração de energia eólica em 2016, segundo a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Élbina Gannoum.

"Temos que repensar a transmissão do ponto de vista econômico-financeiro e regulatório", afirmou Élbina, que participa, nesta segunda-feira, 7, de evento promovido pela Fundação Getúlio Vargas Energia (FGV Energia), no Rio.

Segundo ela, geradoras de energia eólica têm interesse de tirar projetos do papel, mas não investem, principalmente, porque não há linha de transmissão suficiente para atender à demanda do setor.

As geradoras elétricas dependem do segmento de transmissão para escoar a energia que produzem. Em alguns períodos, geradoras tiveram que suspender a produção por ausência de linhas que permitissem o transporte da eletricidade, disse.

A projeção, registrada do Plano Decenal de Energia (PDE), é que a participação da energia eólica na matriz energética passe de 6% para 12% de 2014 para 2024. Neste ano, a produção deve alcançar 8,5 gigawatts (GW) de capacidade, segundo a Abeeólica.

O secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME), Altino Ventura, destacou a importância das energias renováveis na expansão da capacidade de geração. A previsão é de crescimento de 7,86 GW por ano. A capacidade deve passar de 133,9 GW em 2014 para 212,5 GW em 2024.

Também presente ao seminário, o diretor da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro, demonstrou preocupação com a geração hidrelétrica, entre as diferentes fontes de geração.

Ele disse que, atualmente, não é possível prever se as chuvas vão acontecer nos períodos previstos e se vão garantir que os reservatórios das hidrelétricas tenham água suficiente para gerar a energia projetada.

## **A indústria está no centro da recessão econômica**

08/12/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontou para uma queda de 11,2% na produção da indústria entre outubro de 2014 e outubro de 2015 e de 7,8% entre os primeiros 10 meses de 2014 e 2015.

Confirmam-se, assim, levantamentos divulgados nos últimos dias pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), “a indústria não aguentará outro ano de crise como este de 2015”.

O risco é de que “muitas empresas da indústria” possam sucumbir, “gerando uma devastação do parque industrial nacional”.

O índice de confiança da indústria da FGV mostrou queda de 1,8% entre outubro e novembro e o Sensor da Fiesp indicou recuo de 2 pontos na confiança da indústria paulista. Outros dados do IBGE sobre o terceiro trimestre mostraram que a queda do PIB foi liderada pela indústria de transformação, que caiu 11,3% em relação a igual período de 2014, muito superior ao recuo do PIB no período.

Os Indicadores Industriais da CNI mostraram declínio do emprego e das horas trabalhadas pelo nono mês consecutivo, ao mesmo tempo que caíam a massa salarial e o uso de capacidade.

Segundo a CNI, entre outubro de 2014 e outubro de 2015 o faturamento real caiu 15,3%, o número de horas trabalhadas diminuiu 12,8%, o emprego cedeu 7,7%, a massa salarial real caiu 9% e o rendimento médio real, 1,3%. O salário dos que continuaram trabalhando foi quase preservado, mas meio milhão de vagas na indústria foram suprimidas nos últimos 12 meses.

Em vez de sinais de melhora, registra-se um agravamento da situação da indústria. Cadeias inteiras de produção são atingidas pela crise da Petrobrás. O setor da construção pesada entra em paralisia pela crise das finanças públicas combinada com a corrupção identificada na Operação Lava Jato.

Segundo a PIM, entre os meses de outubro de 2014 e 2015 a produção de bens de capital caiu 32,6% e a de bens de consumo duráveis, 28,7%. Essas quedas foram determinantes para o comportamento da indústria.

Sem perspectivas favoráveis no cenário macroeconômico, a indústria terá de se valer do câmbio mais favorável ou de nichos de mercados para sair do sufoco. Mas nem todas as empresas podem evitar o agravamento de seus problemas.

## **Marcos Lisboa não poupa setor privado de responsabilidade pela crise econômica**

08/12/2015 – Fonte: EM.com

Avisando que se encontra num momento de perder amigos, o presidente do Insper, Marcos Lisboa, não poupou o setor privado de responsabilidade pela crise pela qual passa a economia brasileira.

De acordo com ele, que falou para empresários ligados à Câmara de Comércio Francesa, é injusta a tentativa de se querer responsabilizar apenas o governo pela agenda econômica que levou o País à crise atual. "É injusto dizer que essa agenda é só do governo, o setor privado a apoiou", disse o economista.

De acordo com Lisboa, quando o governo reduziu a taxa de juros (a Selic chegou a 7,25% ao ano), o setor privado aplaudiu a decisão em praça pública. Ainda de acordo com ele, é uma profunda injustiça dizer também que o governo não deu incentivo à produção, ao investimento. "Deu as proteções que o setor pediu. O setor privado apoiou essa a agenda do governo", disse.

Ninguém, de acordo com Lisboa, que fez questão de salientar que não tem nenhum apreço pelo atual governo, dá R\$ 450 bilhões de crédito a uma taxa de 4,5% ao ano pelo BNDES sem estimular o investimento.

Para ele, o governo incentivou o setor de máquinas, caminhões e promoveu desonerações para a indústria. Só que, de acordo com ele, os investimentos não foram feitos.

Segundo Lisboa, o problema de Brasília é o Brasil que pede proteção e o governo sensível a uma agenda de proteção. "A indústria automotiva tem proteção faz 70 anos, há algo errado nisso", disse o presidente do Insper.

Para ele, quando a Fiesp apoia a intervenção do governo no setor elétrico, é um equívoco. Lisboa arrancou risos da plateia ao dizer que não está podendo mais se aproximar da Avenida Paulista porque é também contra a cobrança de contribuições dos empresários para o Sistema "S".

Não se vê, de acordo com ele, nenhuma prestação de contas destes serviços, assim como também não há nenhuma fiscalização de resultados dos sindicatos patronais e de trabalhadores. "O setor privado cavou essa crise", fuzilou o economista.

Lisboa deu como um exemplo de distorção na economia brasileira a legislação que regulamenta o PIS/Cofins, que tem, nas palavras dele, cerca de 1.800 páginas pela imensas quantidade de exceções.

"É impressionante essa quantidade de distorções que o Brasil vai concedendo. A sociedade tende a acreditar que todo mundo tem direito a tratamentos diferenciados. E essa agenda aumentou depois de 2008", criticou o presidente do Insper.

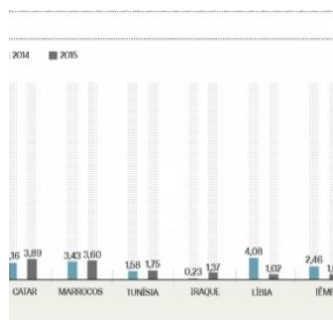
E, de acordo com Lisboa, essa agenda foi um retrocesso da economia e a sociedade brasileira que tem participação nisso quer agora dar proteção para a indústria siderúrgica. "Toda política de proteção vai gerar custos para alguém na sociedade.

Lisboa, que preside uma instituição de ensino, criticou também a política educacional brasileira, que caminha na contramão de muitos outros países. Para o economista, enquanto outros países privilegiam o ensino fundamental, o Brasil privilegia a universidade.

Num momento de crise, questionou Lisboa, para que manter a gratuidade da Universidade de São Paulo (USP) para meia dúzia de ricos?

## Conflitos afetam os negócios e árabes diminuem importações de brasileiros

08/12/2015 – Fonte: DCI



Conflitos armados e a consequente instabilidade econômica fizeram países árabes, como Síria e Líbia, reduzirem em até 72% o volume das compras de mercadorias brasileiras no ano até outubro.

O problema é causado por uma redução "natural" da demanda, explica Renata Vargas Amaral, consultora da Barral M Jorge. "Temos uma diminuição da população, que acontece por causa do êxodo para outros países, e também há falta de dinheiro", acrescenta. Ela ressalta, porém, que não houve bloqueio formal para as exportações de produtos brasileiros.

Na Síria, onde conflitos armados envolvem o Estado Islâmico, milícias curdas, grupos revolucionários e o que resta do governo de Bashar al-Assad, houve diminuição no volume das importações do Brasil de quase 50%. As vendas baixaram de 141 milhões de quilos para 71 milhões de quilos na comparação entre dez meses de 2015 e igual período do ano passado. O valor das exportações também diminuiu, de US\$ 94,81 milhões para US\$ 50,25 milhões.

A situação na Líbia não é muito diferente. Uma guerra civil acontece no país, que não encontrou estabilidade política depois do assassinato do ditador Muammar al-Gaddafi.

As importações de produtos brasileiros diminuiriam 71% em volume - a maior variação negativa entre os membros da liga árabe neste ano até outubro - e caíram 59% na contagem por dólares.

Também em guerra civil, o Iêmen foi mais um país a reduzir as compras de mercadorias brasileiras em 2015. A diminuição no volume chegou a 53% e a 59% em dólares, na comparação com 10 meses de 2014.

No total, as exportações para os 22 países da Liga Árabe caíram 8,6%, aos US\$ 10,104 bilhões, em grande parte por causa da queda nos preços de produtos básicos. Entretanto, houve alta no volume das vendas (13,57%), que chegaram a 37,846 milhões de quilos.

"Apesar da diminuição no ritmo dos embarques, o aumento no volume mostra que ainda existe uma demanda a ser atendida, que precisa ser administrada com a baixa dos preços [das commodities]", diz o diretor-geral da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, Michel Alaby.

A comparação por volume de vendas mostra Omã, importador de minério de ferro brasileiro, como o principal destino das exportações (10,196 bilhões de quilos). Já na comparação por valor, a Arábia Saudita aparece na primeira colocação (US\$ 2,253 bilhões).



## Fim de embargos

O valor das vendas para os sauditas deve aumentar ainda mais com o fim do embargo à carne bovina brasileira anunciado no mês passado. Segundo a assessoria da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, a mudança causou a abertura de um mercado potencial de 50 mil toneladas ao ano para o produto nacional.

No ranking das mercadorias mais vendidas para os países árabes, as carnes comestíveis aparecem na primeira posição, responsáveis por embarques de US\$ 3,195 bilhões, 31,63% do total acumulado entre janeiro e outubro.

E a queda de um embargo também favoreceu àqueles que vendem para o Iraque, país onde as compras de produtos brasileiros mais avançaram em 2015: houve alta de 587% em volume e de 72% em dólares. Segundo Alaby, o aumento é possibilitado principalmente pelo crescimento nas vendas de frango, favorecidas pela celebração em maio de um acordo sanitário entre o Brasil e o país árabe.

## Importações

As compras de produtos árabes pelo Brasil também tiveram redução neste ano. A queda chegou a 37% - de US\$ 9,362 bilhões em dez meses de 2014 para US\$ 5,874 bilhões em igual período de 2015. Ainda houve diminuição no volume importado, de 13,837 bilhões de quilos para 12,798 bilhões de quilos.

O principal produto comprado ainda é o petróleo, seguido por adubos e fertilizantes. Arábia Saudita é a principal remetente, à frente de Argélia e Catar.

## FCA adota conceito Custom Shop para Renegade

08/12/2015 - Fonte: Automotive Business



A FCA Fiat Chrysler começa a utilizar para o Jeep Renegade o conceito Custom Shop, em que o comprador do utilitário esportivo escolhe kits de personalização para instalação dentro da própria fábrica.

Segundo a empresa, a partir da escolha dos itens o Renegade recebe esses acessórios e retorna à linha de montagem para procedimentos finais de checagem e inspeção.

O conceito é aplicado no Polo Automotivo Jeep, em Goiana (PE). O Custom Shop é uma extensão da Mopar focada na utilização de acessórios desenvolvidos em parceria com a engenharia, validados e em conformidade com toda a funcionalidade do veículo.

Os produtos Mopar são criados em colaboração com as plataformas que projetam e definem as especificações técnicas dos carros. Nos Estados Unidos, o Custom Shop tem nove unidades e equipa cerca de 20 mil carros por mês com mais de 130 kits.

No Brasil, o Custom Shop dedica quatro kits para o Renegade: Audio Booster, Chrome, Protection e LandScape (foto), que além do estribo lateral inclui barras transversais no teto e engate traseiro. Os outros são formados por protetores de cárter e tanque, por detalhes cromados (retrovisores, maçanetas) e também por som e entretenimento.

## **Anglo American vai cortar em quase dois terços o número de funcionários**

08/12/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A empresa de mineração britânica Anglo American anunciou nesta terça-feira que reduzirá o número de funcionários de 135.000 para menos de 50.000, consequência da queda do preço do minério de ferro e dos metais industriais.

Durante uma apresentação aos investidores, a empresa explicou que reduzirá o quadro de funcionários e terceirizados com demissões e venda de ativos, um corte gradual que deve ser concluído em 2017.

A Anglo American opera oito minas no Brasil, quatro no Chile e uma na Colômbia, segundo seu site. Se em 2013 contava com 162.000 trabalhadores, no final de 2016 contará com 99.000, no final de 2017 com 92.000 e, no futuro, a cifra cairá ao mencionados menos de 50.000.

"Vamos reestruturar radicalmente nossa carteira e, em consequência, o resultado que se espera é uma redução de até 50.000 empregados", confirmou um porta-voz da empresa à AFP.

"A gravidade da deterioração dos preços das commodities requer medidas mais audaciosas", explicou, em um comunicado, o gerente Mark Cutifani. O grupo minerador planeja reduzir o número de divisões de seis para três: De Beers (diamantes), Industrial Metals e Bulk Commodities.

A Anglo American quer reduzir seu gasto em investimentos em um bilhão de dólares adicionais antes do fim de 2016.

## **Disparada dos preços reduz o padrão de vida dos brasileiros**

08/12/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A economia brasileira enfrenta neste ano uma combinação nefasta: inflação de dois dígitos com recessão. Até dezembro, a expectativa é que a atividade dê marcha à ré e caia mais de 3%, com a inflação ultrapassando os 10%. É um salto de quatro pontos em relação ao aumento do custo de vida registrado no ano passado (6,41%). A última vez que a inflação bateu dois dígitos foi em 2002, mas nesse ano não houve recessão.

A disparada dos preços - puxada por choque tarifário, desvalorização do real e escalada dos serviços - provoca um desconforto no padrão de vida das pessoas. "Os brasileiros ficaram mais pobres este ano, tanto pelo aumento da inflação como pela retração da atividade", afirma o economista Heron do Carmo, professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e um dos maiores especialistas em inflação.

Ele observa que a inflação combinada com recessão tem um efeito devastador: faz com que as pessoas se sintam mais desconfortáveis, afeta a confiança de consumidores e tem reflexos políticos.

Esse desconforto já apareceu no carrinho do supermercado. Pela primeira vez nos últimos dez anos, as vendas do setor devem fechar no vermelho, segundo a Associação Brasileira de Supermercados. De janeiro a outubro, o recuo foi de 1,02%.

A queda no consumo é nítida no resultado de uma pesquisa da consultoria Kantar Worldpanel, que visita semanalmente 11,3 mil domicílios para aferir o volume de compras de uma cesta com 96 categorias - como alimentos, bebidas e itens de higiene e limpeza.

No primeiro semestre deste ano, o volume consumido dessa cesta caiu 7,5% em relação ao mesmo período do ano passado e voltou para o patamar de cinco anos atrás. O desembolso, por sua vez, cresceu 0,5% no período, por causa da inflação.

"O brasileiro está gastando mais no supermercado e levando menos produto para casa", afirma a diretora da consultoria e responsável pela pesquisa, Christine Pereira. Ela observa que o desempenho negativo de três variáveis importantes para o cidadão - inflação, renda e emprego - está levando a uma racionalização generalizada do consumo de todas as classes sociais.

De acordo com pesquisa da consultoria, 71% das famílias acreditam que seus gastos aumentaram em 2015 e 97% delas buscam alternativas para reduzir as despesas.

Em entrevistas qualitativas feitas pela consultoria nos domicílios pesquisados, Christine conta que foi constatado que as famílias reduziram despesas com comunicação e optaram por planos de celular pré-pagos.

O lazer fora de casa também encolheu. Segundo a consultora, mais de um milhão de pessoas deixaram de fazer as refeições fora do lar. As viagens de carro igualmente começam a perder força, afetadas pela alta do preço da gasolina.

### **Vida de cão**

Uma revelação surpreendente da Kantar Worldpanel foi que rações industrializadas para cães perderam importância na cesta de compras e os animais passaram a comer comida caseira. "Até o cão foi afetado. É a primeira vez que as pessoas estão racionalizando o uso de ração", afirma a diretora. Ela explica que o consumidor continua oferecendo ração industrializada para o animal, mas intercala as refeições com comida caseira para economizar.

## **Rio Tinto corta orçamento para grandes projetos em 2016**

08/12/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A mineradora anglo-australiana Rio Tinto poderá gastar menos do que previa em grandes projetos no próximo ano, num momento em que o setor revisa investimentos diante do forte ajuste de baixa nos preços das commodities.

A Rio Tinto anunciou hoje que prevê seus gastos de capital em torno de US\$ 5 bilhões em 2016, ante projeção anterior de menos de US\$ 6 bilhões.

"Nossa prudente alocação de capital e abordagem disciplinada em relação ao balanço financeiro reforçaram nossa capacidade de resistência durante esse período de volatilidade atual", comentou o executivo-chefe da Rio Tinto, Sam Walsh, em comunicado.

Ao longo deste ano, os preços de commodities como minério de ferro e cobre, estão em forte trajetória de queda, devido a estoques elevados e ao enfraquecimento da demanda.

A Rio Tinto disse também esperar reduzir os custos das operações de alumínio em US\$ 300 milhões até o fim do ano e em valor semelhante em 2016. A empresa também previu que sua produção de bauxita, alumina e alumínio deverá crescer, graças a novos ganhos de produtividade.

Na Bolsa de Londres, as ações da Rio Tinto caíram 4,9% por volta das 8h20 (de Brasília). No mercado australiano, em Sydney, os papéis da mineradora fecharam em baixa de 4,3% hoje.

## **OCDE vê algum sinal de estabilização nas economias da China e do Brasil**

08/12/2015 – Fonte: G1

A economia dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha parecem estar perdendo fôlego, enquanto a da China está mostrando alguns sinais de estabilização após um período de fraqueza, informou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nesta terça-feira.

O indicador mensal da OCDE, que captura os pontos de virada na economia, apontou amplamente para estabilização das taxas de crescimento, notavelmente na zona do euro, onde a França se destacou com mais sinais de fortalecimento em seu crescimento.

Nas leituras do índice, onde 100 é a média de longo prazo, a última leitura para a zona do euro ficou estável em 100,6.

A leitura dos EUA caiu para 99,1, ante 99,2, e a da Grã-Bretanha foi a 99,3, ante 99,5. A leitura do Japão recuou para 99,8, contra 99,9.

"Entre as principais economias emergentes, sinais preliminares de estabilização estão crescendo na China e também no Brasil, enquanto crescimento mais firme é antecipado na Índia", informou a OCDE. "Na Rússia, a perspectiva continua sendo de fraco ritmo de crescimento."

O índice para a China subiu a 98,4, de 98,3. Para o Brasil, ele cresceu para 99,3, ante 99,1. Para a Índia, foi a 100,3 sobre 100,1 e, para a Rússia, caiu a 99,2 contra 99,3.

## **Advogado da Vale editou projeto de lei para minas**

08/12/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Dados criptografados do documento oficial do projeto de lei que institui o novo Código de Mineração revelam que o autor do arquivo é o escritório Pinheiro Neto, que tem como clientes as mineradoras Vale e BHP Billiton. O advogado Carlos Vilhena, sócio do escritório, aparece como a última pessoa que modificou o texto.

Redigido em um notebook do escritório, o substitutivo ao PL do Código tem alterações em pelo menos cem trechos, a maioria relacionada a tópicos socioambientais. O escritório, o advogado e o relator do projeto, o deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG), admitiram as mudanças, alegando contribuições voluntárias. O caso foi revelado pela BBC Brasil.

Sohumana Sociedade Humanitária argumenta que valor se refere aos danos ambientais e patrimoniais causados pelo rompimento de barragem em Mariana.

O valor máximo da "multa administrativa simples" para as empresas, por exemplo, foi mudada três vezes: do R\$ 1 milhão original, passou a R\$ 5 bilhões e, por fim, foi diminuída para R\$ 100 milhões.

Quintão disse à reportagem que o documento não foi criado nas dependências do escritório, mas dentro da Câmara dos Deputados.

Como a sala de reuniões da comissão especial não teria um computador para digitação, explicou o deputado, Vilhena usou o laptop de seu escritório para “escrever o processo legislativo, depois de colhidas dicas e sugestões de movimentos socioambientais”. O peemedebista disse que os dois estavam acompanhados de assessores parlamentares e consultores da Câmara.

Por e-mail, Vilhena confirmou que ajudou “na alteração de alguns trechos”, mas disse que atuou como pessoa física, e não como sócio do Pinheiro Neto. “Atuei como auxiliar na redação”, explicou. Negou ter recebido qualquer pagamento pelas modificações ou beneficiado as empresas que são clientes do escritório.

“Talvez pelo fato de tê-lo gravado O DOCUMENTO em um laptop do escritório tenha gerado essa informação equivocada”, respondeu. Sobre a mudança na multa, disse que o valor foi decidido após debate entre diversos setores.

A polêmica se deu um mês após o desastre em Mariana, onde se rompeu a Barragem de Fundão, da Samarco, cujas acionistas são a Vale e a BHP; 15 pessoas morreram e quatro estão desaparecidas.

A Vale preferiu não se manifestar, salientando que trabalha com mais de cem escritórios de advocacia. O novo Código de Mineração deve ser entregue hoje ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), para definição da data de votação. O escritório Pinheiro Neto informou, em nota, que seus advogados são frequentemente convidados a “contribuir no aperfeiçoamento de textos legislativos, visando à melhoria do sistema econômico-jurídico nacional”.

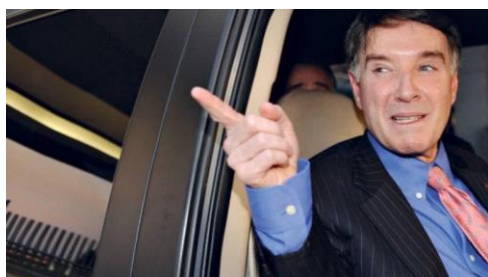
### **Ética**

Deputados financiados por empresas não podem, segundo o Código de Ética da Câmara, relatar “matérias de interesse específico” dessas empresas que contribuíram com as campanhas.

Quintão recebeu cerca de R\$ 2 milhões de mineradoras nas eleições do ano passado, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). O deputado, no entanto, se justificou, dizendo que as doações foram legais.

## **Empresa fundada por Eike anuncia saída da Bolsa e dispara 9%**

08/12/2015 – Fonte: Exame

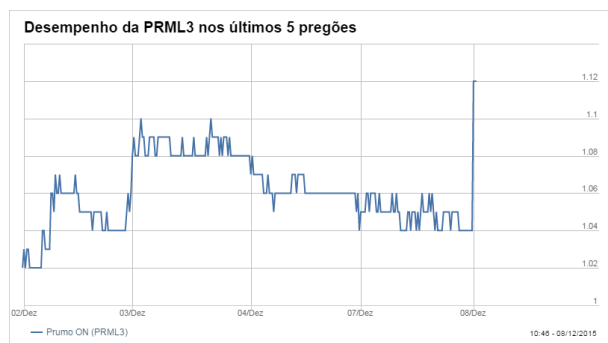


As ações da Prumo Logística (PRML3) registravam ganhos de 9,6% na manhã desta terça-feira (08). A alta era esperada, já que ontem os controladores da companhia anunciaram que pretendem realizar oferta pública de aquisição (OPA) de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

A Prumo Logística, antiga LLX fundada por Eike Batista, tem o grupo norte-americano EIG como principal acionista e controlador, com mais de 74% da companhia, enquanto o fundo

de investimentos Mubalada, de Abu Dhabi, detém 6,7%. Outros acionistas minoritários representam 19%.

Para deixar a Bolsa os controladores estão dispostos a desembolsar até 820 milhões de reais, o que equivale a 1,15 real por ação. Na segunda-feira as ações eram cotadas a 1,04 real, nesta terça-feira chegavam a 1,14 real.



## Número de trabalhadores não remunerados cresce 18,6% em um ano

08/12/2015 – Fonte: O Globo

Depois de quase dois anos trabalhando como auxiliar administrativa em uma empresa de tecnologia, Suellen Mendes Teixeira, de 24 anos, foi demitida em julho. Pouco antes, seu pai, Hernani da Silva, havia sido obrigado a dispensar uma funcionária do box do mercado popular da Rua Uruguaiana, onde vende roupas de ginástica e de praia.

Desde então, Suellen trabalha entre duas a três vezes por semana na loja do pai. Mas sem remuneração.

— É mais uma ajuda. Meus pais ajudam a comprar fraldas e leite para o meu filho, e eu ajudo na loja. Quando meu pai precisa sair da loja para resolver alguma coisa, agora sou eu e minha mãe que ajudamos. Meu marido também está desempregado, e está difícil conseguir outro emprego — afirma Suellen.

Seu caso é exemplo de um fenômeno que já aparecia no ano passado, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2014: o crescimento dos chamados trabalhadores não remunerados. Foram 397 mil pessoas a engrossar o grupo daqueles que trabalham pelo menos uma hora por semana, mas não recebem por isso.

O número subiu de 2,127 milhões em 2013 para 2,524 milhões no ano passado. A alta, de 18,6%, é a primeira desde 2004, que é o início da série com os dados de todo o país, inclusive a área rural da Região Norte. Os números consideram as pessoas com 15 anos ou mais, que compõem o mercado de trabalho, de acordo com o IBGE.

### TENDÊNCIA SE MANTÉM ESTE ANO

A tendência também aparece nos dados da Pnad Contínua de 2015. Nesta pesquisa, esse trabalhador é chamado de familiar auxiliar, grupo que inclui apenas quem trabalha para ajudar alguém de seu domicílio. Ou seja, não são considerados nesses dados ajudas a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, nem mesmo os estagiários e aprendizes, como no caso da Pnad anual. As duas pesquisas têm amostras diferentes.

No terceiro trimestre deste ano, esse contingente de trabalhadores chegou a 2,652 milhões, o que representa um incremento de 58 mil pessoas em relação ao mesmo período de 2014, pela Pnad Contínua. O aumento foi de 2,2%, o que o IBGE considera como estabilidade.

Nos dados da Pnad 2014, o aumento é ainda maior quando se incluem os trabalhadores na construção para o próprio uso e na produção para o próprio consumo: são 594 mil pessoas a mais, quase o mesmo contingente de novos desocupados na mesma comparação: 617 mil.

Ao todo, eram 6,864 milhões de trabalhadores no país em 2014, considerando os não remunerados, aqueles na construção para o próprio uso e na produção para o autoconsumo.

— O aumento dos trabalhadores não remunerados ocorre no contexto de crescimento da informalidade, da mesma forma que avançaram os trabalhadores por conta própria. Embora 2014 ainda tenha registrado geração de empregos, já havia sinais de deterioração do mercado. O ano de 2014 foi o fim da linha — explica o professor do Instituto de Economia da UFRJ João Saboia.

Os dados da Pnad 2014 mostraram aumento de ocupados no país: foram 2,741 milhões a mais. Só que 82,7% dessas novas vagas (2,266 milhões) foram em ocupações informais, sem proteção trabalhista: conta própria, sem carteira assinada, não remunerados, trabalhadores na construção para o próprio uso e na produção para o próprio consumo.

— O aumento dos trabalhadores não remunerados compõe o quadro negativo de deterioração do mercado de trabalho em 2014 — reforça o professor de Economia da PUC-Rio Gabriel Ulyssea.

Os trabalhadores não remunerados geralmente dão apoio a outros integrantes da família. Pode ser um jovem que acompanha o pai electricista quando ele presta serviços em residências, ou uma mulher que ajuda no negócio do marido, ou ainda quem trabalha em uma propriedade rural da família, por exemplo. A característica comum a essas pessoas é que elas não recebem salário por esses serviços.

— Se essas pessoas ocupadas sem remuneração fossem consideradas desempregadas, o desemprego seria maior. Pela classificação do Dieese, muitos desses trabalhadores não remunerados seriam incluídos no desemprego oculto, como trabalho precário — afirma o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio.

Quase um quarto — 73,9 mil de 397 mil — do aumento dos trabalhadores não remunerados entre 2013 e 2014 ocorreu na faixa entre 15 e 17 anos. Outra característica: apesar de o maior contingente de não remunerados ser de trabalhadores agrícolas, o aumento foi concentrado fora das áreas rurais. Dessas 397 mil pessoas, 287,5 mil, ou 73,5%, eram trabalhadores não agrícolas.

Já as mulheres são maioria entre aqueles que trabalham sem receber e representam quase o dobro dos homens nessa condição. Em 2014, eram 1,665 milhão de mulheres para 858 mil homens.

Quando se observa a distribuição por estado, o Rio Grande do Sul é aquele com maior contingente: 278 mil pessoas. Em São Paulo, o número passou de 116 mil em 2013 para 191 mil no ano passado, uma alta de 64%.

Com 24 anos, Gabriela Ribeiro já trabalhou em lojas como vendedora, sempre recebendo religiosamente seu salário. Este ano, no entanto, começou a ajudar a atender clientes no box do padrao na Rua Uruguaiana, ao lado da mãe. Nenhuma das duas recebe salário: o lucro com as vendas é direcionado para os gastos da casa, que incluem a faculdade de Administração de Gabriela.

— Eu estudo de manhã e venho para a loja todos os dias depois da aula. Só não venho aos sábados. Eu ajudo, e eles pagam minha faculdade — diz a jovem.

E esse aumento daqueles que trabalham sem ganhar dinheiro ocorre depois de um longo período de redução nesse contingente de trabalhadores, na esteira dos avanços do mercado de trabalho na última década. Em 2004, eram quase cinco milhões de pessoas (4,968 milhões) trabalhando sem receber, o dobro do montante de 2014. O indicador registrou nove quedas consecutivas desde 2005.

— É natural que esse grupo diminua ao longo de um período favorável para o mercado de trabalho. E, efetivamente, isso ocorreu entre 2004 e 2013. A queda nesse período é impressionante — destaca Saboia.